



A Política da Desilusão

Alexandra Barahona de Brito

O que se passa na América Latina? Motins em Buenos Aires, a mais «europeia» das capitais da região; dezenas de mortes na Bolívia, onde manifestantes contra a privatização do gás se enfrentam a polícias cuja actuação faz lembrar os tempos de Banzer ditador; greves até à paralise na Venezuela, que estranhamente aliam empresários e trabalhadores contra um déspota eleito, que depois manipula um sistema judicial que não lhe dá a razão...

Parece que muitos acordam hoje para uma realidade conturbada, que contrasta com o optimismo económico e as esperanças de progresso político que viram da última vez que «olharam para lá». O que se passa na América Latina é, no entanto, não uma grande mudança em relação aos anos 90, mas a ausência de algumas mudanças de base que teriam sido necessária para reforçar a fé na democracia da população da região.

O Retorno da História

Tal como o resto do mundo, a América Latina viveu um breve período de fim da história. Até se pode dizer que esse fim começou lá, visto que foi esta a região que nos anos 80 deu início à «terceira onda» de democratização que culminou na Queda do Muro de Berlim, evento que «anunciou» o fim da história com a vitória da democracia liberal e do mercado livre. Desde então que o mundo perdeu a fugaz esperança de estar a viver o fim da história. O que se passa na América Latina é então o retorno da história, com todo o seu peso.



Que a história está de volta é aparente nos resultados do último *Latinobarómetro*, que analisa a opinião pública em 17 países da região em 2003. Embora continue a haver uma maioria que é democrática por convicção, esta maioria é cada vez menor, e este ano 52% dos inquiridos respondeu que sim à afirmação que «Eu não me importava se um governo não democrático chegasse ao poder se pudesse resolver a situação económica». No Paraguai existe a única maioria regional pró autoritária, e a corrente no Equador anda nesse sentido. Há resultados positivos: o Uruguai e a Costa Rica continuam a ser os «cantinhos» mais democráticos da região, e a opinião pública tem «melhorado» na Argentina de Kirchner, e noutros países.¹ Também é verdade que não é preciso acreditar ferreamente na democracia para que ela floresça; basta que a maioria acredite como Churchill que é o sistema de governo menos mau. No entanto, o retorno da história na América Latina significa um voltar das atenções para a ligação perversa ou viciosa que a região tem historicamente demonstrado entre a «estrutura» e a «superestrutura», para usar termos marxistas já demodé.

Reforma Económica: A Democracia Eficáz

Foi importante a «redescoberta» da autonomia da política da economia. As teorias marxistas que ligavam uma à outra de forma directa foram desacreditadas com razão. Afinal é possível ter democracia sem justiça social; e é possível ter ditadura com prosperidade geral. No entanto, tal como afirmou Juan Linz, teórico que não pode ser acusado de estruturalismo ou marxismo, a democracia depende também da sua eficácia, da sua capacidade de «*deliver the goods*». E este é um dos problemas históricos da democracia latino americana: ela gera expectativas e depois não consegue gerar riqueza *com* justiça social. Em contraste com os países

¹ Ver reportagem em *The Economist*, 1 Novembro de 2003, p. 53-54.



mais ricos, onde os 10% mais ricos ganham 29.1% da riqueza, e os 10% mais pobres ganham 2.5%, na América Latina os números equivalentes são 48% e 1.6%. De acordo com um novo estudo do Banco Mundial, a desigualdade nem aumentou mas também não diminuiu na década da democracia: a pobreza e a desigualdade têm raízes muito profundas nas estruturas sociais, políticas, culturais e económicas da região.² Ainda não se investiu o suficiente nas áreas cruciais (educação e saúde) de forma a combater este problema de forma eficaz. O dilema é como gastar mais nos lugares certos sem quebrar um ténue equilíbrio fiscal? Como gastar mais sem gerar o populismo?

Estes dilemas centrais de origem económica expressam-se ciclicamente, e assumem contornos distintos em cada país: assim, por exemplo, na Argentina, a crise manifesta-se sempre no colapso do sistema de financiamento das províncias, e dos protestos que de aí advêm; na Venezuela, onde o petróleo é a rei, todos os conflitos giram em torno dele; e para dar outro exemplo, na Bolívia, onde a prata foi rainha, depois o estanho foi rei durante quase um século, e depois de mais de uma década de privatizações de matérias primas exportáveis que tem enriquecido poucos e deixado o resto sem benefícios, por incrível que pareça, é motivo para morrer protestar contra a privatização do gás natural, a mais recente fonte de riqueza nacional em matéria prima. Resumindo, a reforma económica, o que inclui uma reforma das estruturas do estado, do sistema impositivo, e das entidades regulatórias dos serviços privatizados, entre outros elementos, não tem sido levada a cabo de forma satisfatória. Assim, o mercado livre é menos aquele que Adam Smith previa que iria criar «a riqueza das nações» e mais um sistema que um indígena no Peru poderia dizer gerador da «riqueza dos patrões». E este estado

² Ver reportagem em *The Economist*, 8 Novembro de 2003, p. 54, sobre o relatório, *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with History?*



pouco satisfatório dá-se em contextos onde há democracia há mais de uma década e onde a capacidade de mobilização da população é alta.

Presidentes e Parlamentos

O problema institucional não se reflecte apenas na arena económica, mas também na esfera mais política. Um dos grandes problemas que se tem verificado com a democracia na América Latina é a instabilidade que é gerada pela concorrência entre duas fontes de legitimidade igualmente fortes: os parlamentos (onde a vontade do povo se expressa através dos partidos políticos) e as figuras presidenciais (onde a vontade do povo se incorpora numa pessoa, que muitas vezes «plebiscitiza» e personaliza a política de forma a ultrapassar as oposições ou os obstáculos no poder legislativo). No Chile de Allende, a legitimidade dual do parlamento dividido entre esquerda e direita, e do presidente, é visto por muitos como um dos factores decisivos institucionais que culminou na queda da democracia. Actualmente, há motivos para pensar que há menos instabilidade gerada gerado por este conflito que nos últimos 100 anos. No entanto, existem problemas com o desenho institucional democráticos na América Latina que estão por resolver, e que produzem conflitos que diminuem a confiança pública no sistema.

«A Lei Não Pega»

A democracia liberal não consiste apenas em boa engenharia institucional, nem tão pouco apenas no governo da maioria: é também o governo por lei. Podemos dizer que a democracia latino-americana tem tido mais sucesso no que diz respeito á participação da maioria que na implantação equitativa do estado de direito. Na América Latina, nas palavras do sociólogo Roberto da Matta, há os «indivíduos» que estão sujeitos a toda a força da lei, e as «pessoas», que podem



evitar a lei por ter cunhas e contactos com o mundo do poder político, social e económico. Só os indivíduos têm de ir para as esquadras policiais, são julgados em tribunais, fazem fila, usam a saúde e a educação pública.³ Isto significa duas coisas: que quem tenha todos os direitos formalmente concedidos pelos regimes constitucionais e democráticos da região, e há quem não os tenha. Ou seja, usando uma expressão brasileira, «a lei não pega». Isto tem outra manifestação e consequência grave: a corrupção. Como diz Roberto Schwarz, estamos num contexto político cultural que combina a modernidade e a ideologia da democracia liberal, e a prática do favor.⁴ Ser sujeito à «lei do pão», sem poder recorrer ao «pão da lei», o que é o destino de muitos «indivíduos» pela América Latina afora, pode desgastar o que começa por ser uma nova esperança e fé nos benefícios da democracia liberal. E, parafraseando Lord Acton, se a corrupção corrompe, a corrupção no poder corrompe absolutamente.

Yankee Go Home!

Devemos mencionar outro elemento do novo *Zeitgeist*. Esta já não é a era de fé no fim da história, e da esperança liberal-democrática; é a era anti-americana, um sentimento que se tem manifestado crescente na América Latina. Já não estamos a falar dos tempos em que se dizia «*Yankee Go Home*» ou se chamava «*greenback*» (nome dado ao dólar, e origem do termo «gringo») aos americanos que patrulhavam cidades caribenhas ou da América Central; estamos a falar dum anti-americanismo que se expressa perversamente numa admiração por Fidel Castro e Hugo Chávez, que duvida da democracia liberal e da economia aberta, que apela aos caudilhismos locais e aos nacionalismos que são menos ameaçadores

³ Roberto da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*. (Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990), p. 193.

⁴ Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*. (São Paulo, 1977), pp. 15-16. Este livro analisa as contradições geradas pela justaposição de uma monarquia alicerçada na escravatura e formada pela ideologia liberal.



para o «Outro» e mais para o «'Próprio», porque se manifestam na história principalmente no autoritarismo.

Então, o que se passa na América Latina? Passa-se a história. Passa-se um novo ciclo de desilusão crescente com democracias que não conseguem ser eficazes em termos de justiça social. Passam-se crises em vários países como resultado deste processo que tem multiplas manifestações diferentes conforme as especificidades locais. É importante manter as atenções viradas para América Latina, e não esquecê-la no meio de tanta preocupação com temas «globais» como o terrorismo e as armas de destruição massiva. A América Latina precisa da «boa vizinhança» dos Estados Unidos e da cooperação da EU. Porque se ela anunciou o princípio da terceira onda democrática, poderá ser nela que iremos ver o prenúncio da próxima onda anti-democrática.